

Gabinete da Mulher em jornadas parlamentares

O GABINETE da Mulher Parlamentar (GMP) realiza, a partir de hoje e durante cinco dias, na província do Niassa, jornadas parlamentares de fiscalização e monitoria das actividades do Governo e das organizações femininas que trabalham em prol da defesa e protecção da mulher, criança e da pessoa da terceira idade.

Naquela parcela do país, as parlamentares vão escalar a capital provincial, Lichinga, e alguns distritos para interagir com os membros do Executivo, das organizações femininas da sociedade civil e dos partidos políticos, bem como avaliar o impacto da aplicação da Lei sobre a Violência Doméstica Praticada Contra a Mulher, da Lei da Família e da Lei que Interdita o Acesso de Menores aos Locais de Diversão Nocturna e/ou Lugares Similares.

A deslocação dos membros do Gabinete da Mulher Parlamentar vai abarcar ainda as províncias de Tete e Gaza, visando igualmente a colecta de sensibilidades sobre a implementação da legislação aprovada pela Assembleia da República no seio da sociedade moçambicana, tendo em vista o aprofundamento do conhecimento sobre as causas dos casamentos prematuros e forçados,

muitas vezes com homens mais velhos, na sua maioria incentivados pelos pais e/ou familiares, bem como das gravidezes precoces.

Estas jornadas parlamentares fundamentam-se no facto de a República de Moçambique ser um dos países com a maior taxa de casamentos prematuros e de gravidezes precoces ao nível da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), um aspecto que, segundo a presidente do Gabinete da Mulher Parlamento, Francisca Domingos Tomás, aumenta a responsabilidade dos deputados na formulação e adopção da legislação adicional em torno da matéria.

Defendeu a contínua consciencialização da sociedade moçambicana para assumir que educar uma mulher é educar uma sociedade, na perspectiva de reduzir os casos de violência doméstica contra a mulher, criança e pessoa idosa, bem como erradicar os casamentos prematuros e gravidezes precoces.

Francisca Domingos Tomás defendeu a necessidade da realização de um trabalho profundo, com vista à redução destes casos que resultam de crenças históricas e tradicionais, muitas vezes sustentadas por valores negativos existentes no mosaico



Francisca Domingos (a segunda da esquerda para a direita) num dos intervalos do debate sobre violência doméstica na AR

sócio-cultural moçambicano. Sublinhou ser urgente a revisão da Lei das Sucessões, à par da permanente divulgação de outra legislação aprovada pelo Parlamento que protege a mulher, a criança e a pessoa da terceira idade.

Defendeu ainda a necessidade de o gabinete trabalhar, de forma coordenada, com as agremiações sociais, designadamente a Associação dos Médicos Tradicionais de Moçambique (AMETRAMO), madrinhas dos ritos de iniciação, matronas, líderes comunitários e outras figuras influentes para a mudança de atitudes, tendo em vista a eliminação das práticas sócio-culturais nocivas que desviam o rumo do desenvolvimento da mulher em geral e das raparigas em particular.

As jornadas parlamentares de fiscalização e monitoria das actividades do Governo e das organizações femininas que trabalham em prol da defesa e protecção da mulher, criança e da pessoa da terceira idade contam com o suporte financeiro do contrato de subvenção assinado entre a Assembleia da República e a União Europeia, no contexto do projecto "Apoio ao Estado de Direito e Responsabilização dos Poderes Públicos".

Notícias
Política
05.09.2016
29.831
06